



Angola

Boletim Económico

Quarto Trimestre 2011

INTRODUÇÃO: Estabilidade macroeconómica regista progressos significativos
--

A evolução da economia angolana ao longo de 2011 tem sido caracterizada por progressos consideráveis no que se refere aos diferentes indicadores de estabilidade macroeconómica: (i) consolidação orçamental, esperando-se que as contas do Estado venham a apresentar na versão global um “superavit” confortável, e na versão sem receitas de petróleo a continuação da tendência de redução do défice; (ii) desaceleração do crescimento dos preços no consumidor, devendo a taxa de inflação apresentar valores mais baixos do que em 2010, sobretudo o valor em final de ano; (iii) forte recuperação das reservas internacionais de divisas; (iv) taxa de câmbio USD/Kwanza relativamente estável, com a quase eliminação do “spread” entre as taxas de câmbio oficial e a do mercado paralelo; (v) um ritmo de crescimento económico que, embora ainda moderado, se perspectiva em forte aceleração para 2012.

Um relatório recentemente divulgado pelo FMI e pertinente à 5ª Revisão do Acordo de “Stand-By” celebrado entre esta instituição e a República de Angola em Novembro de 2009 – “Fifth Review Under the Stand-By Arrangement” - reconhece, de forma bastante clara, estes progressos no sentido da estabilização macroeconómica.

Com base nesse reconhecimento bem como em atenção ao cumprimento de alguns “benchmarks” estruturais, foi recomendada ao “Board” do Fundo a aprovação do penúltimo desembolso da facilidade de crédito associada àquele Acordo (aprovação entretanto confirmada).

1. Consolidação orçamental prossegue; aprovado Orçamento Suplementar de 2011, visando reforçar programas de investimento em infra estruturas e despesas sociais

Perspectiva-se para o corrente ano um “superavit” orçamental global da ordem de 8,5% do PIB (6,8% em 2010 e déficit de -4,9% em 2009), bem como uma ligeira redução do déficit orçamental com exclusão das receitas do petróleo para -22,5% do PIB (havia sido de -30,8%, -26,9% e -22,8%, respectivamente, em 2008, 2009 e 2010).

O processo de consolidação orçamental merece especial destaque no relatório do FMI acima mencionado, o qual também salienta o facto de o Orçamento Suplementar aprovado no corrente ano ter justificação no quadro de consolidação alcançado.

Neste Orçamento Suplementar foi incluído um pacote de despesa adicional equivalente a 2,25% do PIB, distribuído por (i) 1,75% para despesas sociais prioritárias (2/3) e despesas de investimento em programas de infra-estruturas básicas (1/3) e (ii) 0,5% para regularização de atrasos no pagamento de despesas.

Este Orçamento Suplementar não coloca em causa os objectivos orçamentais assumidos no início do ano, no âmbito do Acordo de “Stand-By”, em virtude de as receitas derivadas da actividade petrolífera terem ultrapassado o valor orçamentado, criando uma “almofada” não previsível (windfall) no saldo orçamental.

Na determinação de avançar com este Orçamento Suplementar terá estado a preocupação com a forte quebra da despesa de investimento em 2010 (-25% em relação a 2009) e o impacto dessa quebra sobre a actividade económica em geral.

Note-se que os valores previstos para os saldos orçamentais acima referidos, quer o “superavit” global quer o déficit com exclusão das receitas de petróleo, consideram já o impacto deste Orçamento Suplementar.

2. Inflação: sinais de algum abrandamento confirmam-se

Depois de em 2010 ter atingido 14,5% em média anual e 15,3% no último mês do ano, a subida média do índice de preços no consumidor deverá ser ligeiramente inferior em 2011, da ordem de 14%.

Mais significativo é o facto de o valor esperado para o último mês deste ano ser apenas de 12% (previsão FMI), contrastando com os 15,3% de Dezembro de 2010.

Para 2012 o FMI prevê uma taxa média de inflação de 11,8%, com um valor em final de ano de 11,2%.

O FMI destaca a existência de um factor de inércia na subida dos preços no consumidor em Angola, explicável pelo efeito retardado de políticas monetárias acomodáticas até um passado recente, bem como de factores de natureza estrutural (como temos frequentemente salientado em anteriores edições deste Boletim), tais como a existência de bloqueios na logística de transportes e a insuficiente concorrência em mercados de produtos.

Para o comportamento dos preços em 2011, contribuiu ainda o impacto prolongado da redução dos subsídios aos preços de combustíveis, ocorrida em Setembro de 2010.

3. Crescimento das reservas internacionais de divisas reforça solvabilidade externa; taxa de câmbio com evolução mais previsível e estável

Um dos indicadores mais marcantes do processo de estabilização macroeconómica em Angola consiste no contínuo reforço das reservas internacionais de divisas (líquidas), que em Setembro de 2011 ultrapassaram USD 23 mil milhões (mais de USD 25 mil milhões em valor bruto), valor que corresponde a quase 6 meses de importações e que supera em cerca de USD 5,7 mil milhões o valor registado no final de Dezembro de 2010.

A evolução das reservas internacionais líquidas de divisas excede o objectivo assumido no Acordo de “Stand-By”, reflectindo uma evolução dos preços do petróleo mais favorável do que a implícita naquele objectivo bem como os efeitos da política de contenção orçamental.

Este reforço da solvabilidade externa da economia angolana tem sido acompanhado de uma redução das tensões no mercado cambial, tendo como consequência a quase eliminação do “spread” entre a cotação do USD no mercado oficial e no mercado paralelo, o qual nos últimos meses se tem mantido em cerca de 1%.

Recorde-se, a este respeito, que o “spread” entre as taxas de câmbio dos dois mercados chegou a atingir 25% em Agosto de 2009, na sequência da crise de liquidez associada ao fenómeno da acumulação dos atrasados no pagamento de dívidas do sector público ao mercado (ver desenvolvimento sobre este assunto no ponto 5).

No que se refere à evolução da taxa de câmbio, tem-se registado no corrente ano um ajustamento deslizante, do tipo “crawling-peg”, na relação USD/Kwanza, o qual se traduz numa correcção de 2,83% no câmbio USD/Kwanza entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011 (95,267/92,643), utilizando como base de comparação os valores médios mensais da taxa de câmbio divulgados pelo BNA.

Relativamente ao câmbio Euro/Kwanza a correcção no mesmo período é de 3,88% (126,549/121,819), devendo todavia notar-se que neste caso a evolução da taxa de câmbio foi bastante oscilante em 2011, com um pico de 135,316 em Maio e um mínimo de 123,456 em Janeiro.

Assim, ao contrário do que se verificou em 2010, em que a taxa de câmbio USD/Kwanza apresentou uma evolução errática, com ajustamentos no sentido da alta e da baixa que dificultavam a percepção do objectivo prosseguido com a política cambial, o comportamento no corrente ano evidencia uma elevada previsibilidade e constitui um sinal do contributo da política cambial para a estabilização económica mas sem forçar a valorização real da moeda nacional.

Este comportamento mais previsível da taxa de câmbio deverá ainda explicar o quase desaparecimento do “spread” entre os mercados oficial e paralelo, acima mencionado.

4. Crescimento económico ainda modesto em 2011 mas com perspectivas de forte aceleração em 2012

A actividade económica, segundo a mais recente previsão do FMI, deverá crescer cerca de 3,5% no corrente ano, praticamente o mesmo que em 2010, ficando esse crescimento a dever-se ao sector não petrolífero (+7,7%), uma vez que o sector petrolífero, por força de constrangimentos na produção, deverá registar um crescimento negativo (-3%).

Já no que respeita ao próximo ano, as previsões continuam a apontar uma forte aceleração da actividade, a uma taxa próxima de 11%, beneficiando de contributos positivos tanto do sector petrolífero (+10,5%) como dos outros sectores (+11,5%).

Registe-se, a partir do início de 2012, a expectativa do início da exploração comercial do gás natural que deverá dar um impulso às exportações de hidro-carbonetos.

Realça-se a consistência do crescimento nos sectores não petrolíferos, factor que se reveste de especial significado no quadro de uma estratégia de desenvolvimento da economia angolana no longo prazo, reduzindo a dependência da economia em relação à produção de petróleo e outros hidro-carbonetos.

5. Programa de regularização dos “atrasados” praticamente concluído

Um dos problemas que de forma mais negativa influenciaram a actividade económica em Angola, em 2009 e 2010, foi a acumulação de atrasos de pagamento – os “atrasados” – do Estado e de outros entes públicos ao sector privado de forma geral.

Pelo seu elevadíssimo montante (atingiu mais de USD 7,5 mil milhões como adiante se verá em detalhe), esses atrasos de pagamento causaram as maiores perturbações no funcionamento de um número incontável de empresas, gerando mesmo um efeito dominó de incumprimento de dívidas nas relações inter-empresariais – porque não recebiam do Estado as empresas não pagavam aos seus fornecedores, estes porque não recebiam dos clientes deixavam também de pagar a quem lhes fornecia matérias-primas, produtos acabados ou serviços, e assim sucessivamente.

Este fenómeno, que afectou com particular intensidade o sector da construção civil e obras públicas, por ser o principal fornecedor do Estado e de outras entidades públicas, teve natural impacto na desaceleração da actividade económica, atingindo negativamente a própria organização das empresas e tendo ainda contribuído para um rápido crescimento do nível de incumprimento na carteira de crédito dos bancos.

Compreende-se assim que a resolução deste problema tenha merecido especial atenção no âmbito do Acordo de “Stand-By” com o FMI, constituindo um dos “benchmark” estruturais mais importantes do Acordo, com data de finalização para Março de 2011.

No relatório do FMI a que atrás se fez referência, é apresentada uma resenha das etapas mais significativas da resolução deste problema que, pelo seu interesse e actualidade, julgamos oportuno inserir nesta edição do Boletim, aproveitando a informação disponibilizada naquele relatório, intitulada “Taking Stock of Arrears Clearance Operations”.

Assim, o total dos atrasos de pagamento acumulados no período 2008-2009 ascendeu a USD 7,5 mil milhões, tudo relativo a despesas efectuadas de acordo com as regras de “procurement” adoptadas pelas autoridades. Neste total incluem-se duas grandes rubricas, a saber:

- USD 5,7 mil milhões respeitantes a despesas efectuadas no âmbito do programa de investimentos públicos (PIP), foram apurados após certificação por auditoria concluída em Fevereiro de 2011;
- USD 1,8 mil milhões respeitam a atrasos de pagamento de financiamentos de curto prazo concedidos pelos bancos a diversas entidades governamentais e a empresas públicas com garantia do Estado.

QUADRO RESUMO DA REGULARIZAÇÃO DOS ATRASADOS
(Valores em USD milhares de milhões)

		Nota Complementar
TOTAL DOS ATRASADOS EM FEV/2011	7,5	
(i) - Atrasos relativos ao PIP	5,7	
(ii) - Atrasos em empréstimos bancários	1,8	
OPERAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO - ATRASOS DE TIPO (i)	5,70	
Pagamentos em cash no período Set/Out 2010	3,0	(1)
Pagamentos em cash no período Abril/Junho2011	0,72	(2)
Títulos emitidos para substituição de Dívidas Em Set/2011	1,98	(2)
OPERAÇÕES DE REGULARIZAÇÃO - ATRASOS DE TIPO (ii)	1,80	
Pagamentos cash de dívidas bancárias	0,66	(3)
Títulos emitidos em substituição de dívidas bancárias	1,14	(3)

NOTAS COMPLEMENTARES

(1)- No período Setembro/Outubro de 2010, as autoridades efectuaram um primeiro reembolso no montante equivalente a USD 3 mil milhões, a maior parte do qual em moeda nacional, contemplando sobretudo credores de pequena/média dimensão.

(2)- Após conclusão do trabalho de auditoria, em Fevereiro de 2011, foi efectuado um pagamento adicional, em cash, moeda nacional, no montante equivalente a USD 720 milhões, que decorreu até final de Junho. Este segundo “stock” de dívida correspondia a créditos detidos por empresas de maior dimensão com as quais o Governo celebrou acordos de regularização, nos seguintes termos:

- Créditos de montante não superior a USD 12 milhões, pagamento em cash (moeda nacional);

- Créditos de valor superior a USD 12 milhões, pagos em cash até esse montante e a parte restante em prestações, sendo o prazo ajustado em função do montante em causa, a saber: (i) créditos de montante não superior a USD 50 milhões, a parte não paga em cash, (ou seja a excedente a USD 12 milhões) reembolsada em 6 prestações mensais e iguais, começando em Set/2011 e até Fev/2012; (ii) créditos de montante superior a USD 50 milhões, a parte não paga em cash, reembolsada em 9 prestações mensais e iguais, começando igualmente em Set/2011 até Maio/2012, todas estas operações expressas em moeda nacional;

(3)- Para a regularização das dívidas correspondentes a financiamentos bancários, em Dez/2010 foram efectuados pagamentos em cash (moeda nacional) no equivalente a USD 660 milhões. Para a regularização da parte restante, de USD 1,14 milhões, foram emitidos títulos do Tesouro, expressos em moeda nacional, com prazos de vencimento de 3 a 5 anos, vencendo juro anual de 7% e com capital indexado ao câmbio USD/Kwanza.

NOTA ADICIONAL

Já depois da divulgação do relatório de auditoria de Fevereiro de 2011, foram identificados mais USD 378 milhões de dívidas em atraso, correspondentes a contratos incorrectamente processados à luz das normas de “procurement” vigentes ou a despesas não adequadamente orçamentadas.

Embora neste caso se tratasse de atrasados que não cumpriam os requisitos inicialmente estabelecidos para efeitos do programa de regularizações, o Governo decidiu, em Agosto de 2011, proceder à sua regularização, aplicando metodologia idêntica à dos casos atrás mencionados na nota complementar (2).

Assim, em Setembro de 2011, os credores deste grupo receberiam USD 54 milhões em cash, sendo a parte restante regularizada em prestações mensais com um máximo de nove, todas as operações expressas em moeda nacional.

Em complemento a todo este processo, as regras de “procurement” foram revistas e reforçadas mediante a aprovação de uma nova lei, em Julho de 2010, passando a impor requisitos de documentação adicionais nos contratos de fornecimento entre o Estado e as entidades privadas.

Nota Final (Disclaimer)

Fontes principais da informação divulgada nesta edição do Boletim: FMI e Banco Nacional de Angola. As observações e conclusões que se encontram expressas neste documento acerca do significado da informação objectiva apresentada não constituem opinião do Banco BAI Europa, reflectindo exclusivamente a opinião das pessoas responsáveis pela elaboração do respectivo texto.